

STJ00119505

ROGÉRIO LAURIA TUCCI

Jurisdição, Ação e Processo Penal

SUBSÍDIOS PARA A TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

EDIÇÕES CEJUP


T886j Tucci, Rogério Lauria
Jurisdição, ação e processo pe-
nal. Belém, CEJUP, 1984.
P.

1. Processo penal. I. Título



CDU: 343.1

Índice Analítico

APRESENTAÇÃO	Pág. 1
--------------------	-----------

– I –

JURISDIÇÃO PENAL

1. Poder-dever de realização de justiça estatal	6
2. Jurisdição como atividade substitutiva	8
3. Jurisdição dita contenciosa e a denominada jurisdição voluntária	15
4. Irrelevância processual da lide, em processo penal.	19
5. Caracteres do processo penal.	20
6. Jurisdicionalização da pena.	23
7. Peculiaridades da jurisdição penal	26
8. Conceituação de jurisdição penal.	29
9. Considerações finais sobre a autonomia e a dignidade científica do Direito Processual Penal	34

– II –

AÇÃO PENAL

§ 1o. – NOÇÕES FUNDAMENTAIS

1. Considerações prévias	39
2. Aspectos genéricos da ação	39
3. Relação entre a ação e o direito subjetivo	41

4.	Natureza jurídica da ação.....	43
	a) Teoria do direito concreto à tutela jurídica.....	43
	b) Teoria da ação como direito potestativo.....	43
	c) Teoria do direito abstrato de ação.....	44
	d) Críticas às teorias examinadas.....	45
5.	Conceito.....	46
6.	Caracteres da ação penal.....	51
	a) Direito abstrato.....	52
	b) Direito instrumental, conexo à situação concreta....	53
	c) Direito subjetivo de caráter processual.....	54
§ 2o. – CLASSIFICAÇÃO E DIVISÃO DA AÇÃO PENAL		
7.	Da pluralidade da ação penal.....	55
8.	Ação penal de conhecimento.....	56
9.	Ação penal de execução.....	58
10.	Ação penal cautelar.....	59
11.	Critério subjetivo de classificação das ações.....	60
12.	Outros critérios.....	61
§ 3o. – AÇÃO PENAL NO ANTEPROJETO DE REFORMA DA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL		
13.	Ação pública, também de iniciativa privada.....	63
14.	Ação penal de iniciativa privada subsidiária.....	64
15.	Abolição do procedimento de ofício.....	67
§ 4o. – AÇÕES PENAIS SEGUNDO O CRITÉRIO SUBJETIVO DE CLASSIFICAÇÃO		
16.	Ação penal pública.....	69
	a) Conceito e peculiaridades.....	69
	b) Atuação do Ministério Público.....	72
	c) Obrigatoriedade da ação penal, em nosso Direito....	74
	d) Considerações finais.....	77
17.	Ação penal pública condicionada.....	78
	a) Observações preambulares.....	78
	b) Requisição ministerial.....	79
	c) Representação do ofendido.....	80
	c,1) Delatio criminis postulatória.....	81
	c,2) Destinatário da representação.....	82
	c,3) Irretratabilidade da representação.....	82

c,4) Exercício do direito da representação	83
c,5) Aspectos complementares	84
18. Ação penal de iniciativa privada	85
a) Natureza e conceito	85
b) Caracteres	86
c) Formas de ação penal de iniciativa privada	88
d) Poder dispositivo do ofendido	89
d,1) Decadência	90
d,2) Renúncia e perdão	91
d,3) Perempção	94
e) Indivisibilidade da ação penal de iniciativa privada	94
§ 5o. — AÇÃO PENAL POPULAR	
19. Ação penal popular no Direito brasileiro	97

— III —

PROCESSO PENAL

§ 1o. — NOÇÕES FUNDAMENTAIS

1. Poder-dever de punir	103
2. Direito de coação indireta	105
3. Persecução penal	106
4. Índole do processo penal	108
5. Pressuposto do processo penal	110
6. Inquisitividade ínsita ao processo penal	112
7. Peculiaridades do processo penal	114
§ 2o. — CARACTERES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL	
8. Denominação	117
9. Conceito, método, conteúdo e divisão	118
10. Autonomia e importância	121
11. Natureza do Direito Processual Penal	123
12. Relações com outros ramos do Direito	123
BIBLIOGRAFIA	129